Subdesenvolvimento, Revolução e Ideologia

Simon Schwartzman

Comentário a Celso Furtado, *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. Publicado originalmente em castelhano na *Revista Latinoamericana de Sociologia* (Buenos Aires), 1, 1967.

Os ensaios reunidos por Celso Furtado em *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*[1] sugerem que o autor completa aqui sua incursão no terreno da sociologia política, iniciado em seu livro anterior[2] Na verdade somente o capítulo 3, "fatores estruturais internos que impedem o desenvolvimento", e em parte também o capítulo 4, "Análise do caso do Brasil", permitem reconhecer o economista. O capítulo 1, "em busca de uma ideologia do subdesenvolvimento", é o que se poderia denominar de economia política, com ênfase no segundo termo; "aspectos operacionais da política de desenvolvimento" é quase um programa de governo, com ênfase nos aspectos administrativos da planificação econômica.

Como tudo que escreve Celso Furtado, é um livro muito interessante e rico de ideias. Além de um economista de qualidade indiscutível, Furtado é um homem com uma experiência política importante, que pensa politicamente, e que, levado ao exílio por sua participação no governo João Goulart, decide-se agora por formular sistematicamente as ideias políticas que tem. Este é, de certo modo, um balanço de sua atuação pública, e mais do que isto, uma forma de continuar atuando. O objetivo explícito do livro é, na realidade, contribuir para formar ideias "que penetrem com eficácia nos amplos setores em que se leva adiante a luta pelo desenvolvimento na América Latina, luta tanto mais difícil quanto mais desprovida de conteúdo ideológico próprio"(do prefácio).

Existem muitas maneiras de discutir a tarefa a que se propõe Celso Furtado. É possível aceitar a suposição de que seja necessário elaborar uma ideologia latino-americana do desenvolvimento, e discutir se a ideologia que ele propõe, ou a que podemos inferir de seus escritos, é a melhor. Além desta crítica "ideológica", é possível discutir concretamente as teorias e interpretações que são por ele apresentadas e que constituem, na realidade, a parte mais substancial do livro. Finalmente, podemos nos perguntar, à luz de sua contribuição, sobre a qualidade do sociólogo político Celso Furtado, e sobre o sentido faz, para uma ciência social que se crê respeitável, que um *parvenu* ilustre e inteligente possa, de um momento para outro, ameaçar com roubar a cena a seus profissionais. Ainda que estas discussões exijam muito mais

[1] *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966

[2] *Dialética do Subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1964.

tempo e espaço do que os que dispomos aqui, trataremos, de qualquer forma, de colocá-las de maneira resumida.

A discussão ideológica começa com uma pergunta de difícil resposta: qual é a ideologia política de Celso Furtado? Que ele quer chegar a um "socialismo latino-americano" está dito explicitamente, mas o problema ideológico mais importante é o da estratégia. Qual é o caminho para se chegar a este "socialismo latino-americano", qualquer que seja o conteúdo real desta expressão?

A resposta parece ser antes de tudo negativa. O autor nega que se possa esperar que a economia latino-americana continue a se desenvolver espontaneamente depois de terminado o período de substituição de importações. Mostra que, a partir de certo ponto, o planejamento se tornará necessário, e que o planejamento não é uma tarefa meramente técnica, mas política, por introduzir alterações na distribuição da riqueza e do poder. Ainda que isto não esteja dito explicitamente, pareceria que ele recolhe de sua experiência pessoal a idéia de que a possibilidade de que mudanças políticas possam ser introduzidas pouco a pouco, sob a capa da racionalidade tecnocrática, não existe ou é ilusória. A solução estaria, consequentemente, em uma política de planejamento sustentada por "movimentos políticos de grande amplitude, capazes de alterar as bases atuais das estruturas de poder", desenvolvidos por uma "mobilização das massas urbanas heterogêneas que estão ascendendo à consciência política e servindo de base aos que desafiam a estrutura tradicional de poder" (p. 15).

A afirmação principal, pois, é a necessidade de se chegar a uma ação política baseada nas "massas urbanas heterogêneas". Para que a unidade possa ser mantida dentro desta diversidade, é necessário antes uma "sólida preparação ideológica" que lhe dê fundamento. Furtado não propõe, no entanto, que este movimento de massas ideologicamente orientado se lance de forma revolucionária contra os sistemas de poder existentes. O que sugere é, acima de tudo, uma estratégia política que dê origem a um processo de causação circular entre reformas econômicas e conquistas políticas, até que cheguemos ao "socialismo latino-americano".

O conteúdo desta ideologia é proposto em termos muito gerais: ela deve ter como valor principal o desenvolvimento econômico, que beneficie a grande maioria da população, e ter na racionalidade da economia, conseguida através do planejamento, seu principal instrumento.

Quais são os elementos de realidade que permitem a Celso Furtado pensar que este é o caminho que convém para o desenvolvimento da América Latina? Em outras palavras - e aqui começa a segunda discussão - que evidência existe que seu caminho é realizável? Celso Furtado não nos dá nenhuma, anão ser a demonstração de que o caminho seguido até aqui não leva a parte alguma.

Esta demonstração é feita no capítulo 3, sobre os fatores estruturais que impedem o desenvolvimento. Trata-se de um capítulo essencialmente econômico, de grande densidade e difícil compreensão para o leigo, agravada por pastéis tipográficos que tornam a simbologia matemática quase ininteligível. Podemos deixar a discussão detalhada para os especialistas, e aceitar a idéia geral: o tipo de desenvolvimento econômico

típico da América Latina, que começa com a agricultura de exportação em grande escala e termina, em nossos dias, com a substituição de importações e correspondente retração do setor externo, não tem condições de satisfazer as aspirações crescentes das populações destes países. É um processo de desenvolvimento que destrói as formas pré-capitalistas de exploração agrícola e não as substitui por outras de tipo moderno, que concentra a população nas grandes cidades e não consegue absorvê-la, que cria aspirações e não pode satisfazê-las. E seriam estas populações que, ao tomar consciência de sua situação, serviriam de base política para o desenvolvimento planejado.

É aqui que o sociólogo deveria começar seu trabalho - mas é aqui também que a análise de Celso Furtado termina. Em que condições estas "massas heterogêneas" poderiam constituir um movimento político estável? A resposta de Furtado (quando exista uma ideologia que os impeça de cair no populismo) é muito pouco satisfatória, pois o problema consiste, exatamente, em saber se estão dadas as condições para que estas massas heterogêneas se estruturem organizacionalmente e aceitem um enquadramento ideológico que as oriente no sentido de apoiar uma estratégia político-econômica de desenvolvimento.

Para Furtado, aparentemente, o único que falta para dotar estas massas de uma orientação ideológica é ter ideias claras e começar a trabalhar por elas. Mas a pouca clareza que ele tem sobre o problema se revela na sua afirmação de que "a falta de conteúdo ideológico tem sido a principal característica dos movimentos de massa heterogêneos surgidos na América Latina, o que explica sua rápida degeneração em populismo". É difícil aceitar que movimentos de massa como o peronismo, o varguismo-janguismo, o APRA, o de Ibañez, e outros, tenham "degenerado" em populismo, quando o fato é que, por mais alguns tivessem se esforçado neste sentido, nenhum deles jamais chegou a ter um conteúdo ideológico despersonalizado. As razões desta falta de ideologia não estão na ausência de pessoas que quisessem criá-la, mas nas características próprias de movimentos coletivos deste tipo. A destruição das formas tradicionais de participação política e social, sem a contrapartida da incorporação da mão de obra ao sistema industrial, junto com a abertura prematura (em comparação com o modelo europeu) do sistema político, é um terreno natural para o surgimento de manifestações políticas de tipo anômico, formas de liderança carismáticas, e incompatível com o desenvolvimento de ideologias classistas organizacionalmente institucionalizadas. A pesquisa sobre os tipos de aglutinação social que derivam dos diversos tipos de mudança social, e suas manifestações no nível político, é um dos capítulos mais importantes da sociologia política contemporânea, e o conceito de "massas heterogêneas" dificilmente daria conta da complexidade dos fenômenos envolvidos.

A pouca importância que Furtado atribui a este problema pode ser explicada por dois pressupostos que surgem constantemente no livro, e não são, de nenhuma maneira, tão evidentes quanto poderia parecer.

A primeira suposição é que situações de insatisfação econômica levam necessariamente à "tomada de consciência" da situação, e isto, por sua vez, leva a uma ação política que tem como resultado a solução do problema responsável pela insatisfação inicial. Pode-se reconhecer aqui, com facilidade, o modelo marxista de desenvolvimento político, que, no lugar de "insatisfação econômica" fala de exploração. Notemos que, por mais que as teorias marxistas sobre a revolução estivessem carregadas da filosofia hegeliana de

racionalismo histórico, nem por isto faltava, para Marx, a especificação das condições sobre as quais este processo se daria: a contradição crescente entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, a concentração capitalista, a redução da taxa de mais-valia, e assim por diante. O próprio Celso Furtado, ao comparar o desenvolvimento da América Latina com o europeu, mostra como a tecnologia foi um fator decisivo na elevação progressiva do nível de vida da classe operária na Europa, eliminando assim as condições revolucionárias. No entanto, diz Furtado, em uma das teses mais sugestivas do livro, a tecnologia no contexto subdesenvolvido joga um papel oposto, ao aumentar a concentração capitalista e impedir a incorporação das massas urbanas ao sistema industrial. A consequência é que não existiriam aqui condições para reajustes automáticos do sistema, e por isto é de se esperar que as contradições aumentem. Mas, por mais que isto seja verdade, existe uma grande distância uma situação social explosiva e um processo social que passe pelas etapas de "tomada de consciência", organização política, ação revolucionária ou reformista, etc. É uma condição necessária, mas de nenhuma forma suficiente.

O outro ponto que Furtado dá como óbvio é o do papel da ideologia na política do desenvolvimento. Se a "tomada de consciência" é uma etapa necessária - parece ser este o raciocínio - esta tomada de consciência se expressaria através de uma ideologia política, neste caso a ideologia do desenvolvimento.

O problema da ideologia e seu papel nos processos de transformação política é um dos mais complexos na ciência política contemporânea, e é surpreendente que Celso Furtado não lhe dê maior atenção. Antes de mais anda existe um problema conceitual. Que entende Furtado, exatamente, por ideologia? Trata-se da "consciência histórica" de determinados grupos ou classes revolucionárias, conforme o conceito marxista? Se é isto, caberia aqui toda a discussão sobre as relações entre a suposta "consciência histórica", articulada através de estruturas político-partidárias, e o conhecimento científico dos fenômenos políticos. É uma discussão que se inicia, pelo menos, com Lukács (*História e Consciência de Classe*), teve sua expressão concreta mais acabada com o chamado "marxismo oficial" e termina, acreditamos, no balanço feito por Henry Lefebvre do stalinismo (*La Somme et le Reste*): as ideologias cumprem uma série de funções político-partidárias, mas pouco têm a ver com a explicação real e racional dos processos políticos sociais, explicação esta que se desenvolve em outro nível e com outras características.

É possível, no entanto, tratar de definir a ideologia política empiricamente, e considerá-la como um conjunto de proposições aparentemente empíricas sobre os processos sociais, cujos critérios de validação não são na realidade empíricos, mas apoiados na conveniência ou em dogmas partidários. Se procedemos desta maneira, a discussão sobre "que é" a ideologia perde o sentido, sendo substituída pela definição de uma série de dimensões de análise que entrariam na caracterização de diversas ideologias específicas.

Certas ideologias poderiam ser mais dogmáticas, enquanto outras seriam mais sensíveis aos dados da realidade; certas ideologias dependeriam, para sua validação, de uma figura política (Stálin, em seus tempos, ou Mao Zédong), enquanto outras teriam sistemas de validação menos personalizado; certas ideologias poderiam ser mais genéricas, abrindo espaço para uma ação política mais pragmática, enquanto outras seriam mais específicas, levando a ações políticas de tipo dedutivo, e assim por diante.

Somente a partir destas caracterizações seria possível começar a analisar, empiricamente, as funções políticas das ideologias, e aqui caberia, finalmente, a pergunta de se é realmente necessária uma ideologia para apoiar uma política de desenvolvimento. Mas a pergunta deveria ser, antes, a de que ideologia, conforme as dimensões indicadas acima ou outras, seria necessária, e a de se existem condições para que esta ideologia se manifeste. Sem ir muito longe, podemos supor que uma ideologia de tipo dogmático, estruturada ao redor de um líder carismático, parece ser útil para levar ao poder governos dispostos a mudar estruturas de poder, mas não é nenhuma garantia de ação racional por parte destes governos. Na realidade a experiência histórica parece indicar que os governos que têm esta origem ou passam à ação política pragmática, utilizando-se da ideologia no máximo como cobertura política geral, ou se mantém em um estado de mobilização ideológica que não é nenhuma garantia de ação racional efetiva (China na Revolução Cultural, Sukarno na Indonésia, Nkruma em Ghana, a Bolívia do M.N.R....). O exame deste problema nos levaria, finalmente, ao estudo das características dos sistemas políticos baseados na mobilização ideológica, em contraste com os de orientação técnico-pragmática, e assim por diante.

Quanto ao terceiro ponto de discussão indicado a princípio, não estamos de acordo com a afirmativa de Celso Furtado de que "a falsa especialização das ciências sociais é responsável pelas dificuldades que enfrentamos hoje em dia para equacionar os problemas do desenvolvimento" (p. 3). Da mesma maneira que seria muito difícil para um sociólogo colocar em evidência os limites do processo de substituição de importações, é também compreensível que Celso Furtado não avalie com a profundidade necessária os processos políticos que esta situação econômica implica. Felizmente, assim como existem bons economistas dotados de um instrumental conceitual específico, também existem os que se dedicam ao desenvolvimento de uma sociologia e uma ciência política especializadas. O problema real é o da comunicação entre as especialidades, e não a sua eliminação.

Mas deve ser dito que não é somente por não ser especialista que Celso Furtado é incapaz de propor soluções satisfatórias aos problemas políticos da América Latina - os especialistas tampouco o fazem. O fato é que a América Latina passa por um processo político cuja evolução é muito difícil de prever. O período populista já faz parte da história; as revoluções populares e camponesas estão mais longe do que nunca; setores intelectuais têm poucas condições de se manifestar, e as experiências de governos constitucionais de tipo "kennedistas" estão dando lugar a experimentos de tutela militar que já nascem, aparentemente, sob o signo do fracasso. É bastante possível - não seria raro, historicamente - que não exista uma saída satisfatória a curto prazo, ou que pelo menos não exista uma saída de tipo geral. Se é assim, então não pode surpreender o fato de que ninguém consiga propor saídas satisfatórias.

O mínimo que se pode fazer, nesta situação, é aprofundar o estudo do que está ocorrendo no continente, sem chegar necessariamente a conclusões, mas pelo menos equacionando os problemas existentes. É neste sentido que o capítulo 2 do livro de Celso Furtado sobre os obstáculos externos ao desenvolvimento é exemplar, ao colocar o problema com profundidade, e sem se apressar a propor soluções. Estamos em um momento em que é necessário mudar os supostos, discutir o "evidente", e estabelecer a comunicação e o

diálogo entre as especialidades. O sentido destas críticas, se elas têm alguma validade, não é o de diminuir de nenhuma forma a importância do livro de Celso Furtado, tanto por suas contribuições substantivas quanto pela atitude de participação ativa e de diálogo que revela. Justamente por sua qualidade, pareceu mais importante buscar o discutível do que nos determos, simplesmente, no elogio e na admiração que os escritos de Celso Furtado sempre provocam.

Fundação Bariloche, Buenos Aires, 1966.